SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

15/04/2015 - Telesíntese

Telecom investe R$ 29 bilhões e tem receita de R$ 234 bilhões em 2014

Conforme o levantamento da Telebrasil, o país fechou o ano com 372 milhões de acessos de telefonia fixa, móvel, TV paga e banda larga.

O Brasil fechou o ano de 2014 com 372 milhões de acessos nos serviços de telefonia fixa e móvel, banda larga e TV por assinatura. Ao longo do ano passado, foram investidos R$ 29 bilhões, especialmente em expansão de infraestrutura, oferta de novos serviços e melhoria da qualidade. Os dados fazem parte do documento O Desempenho do Setor de Telecomunicações no Brasil – Séries Temporais 2014, divulgado hoje pela Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil).

O documento, que tem edição trimestral, traz um balanço sobre a evolução do setor, com informações sobre o número de acessos nos diversos serviços oferecidos pelas prestadoras, municípios e população atendidos, investimentos, receita, carga tributária e postos de trabalho, entre outros dados.

Do total de 372 milhões acessos alcançado no fim de 2014, 45 milhões são de telefones fixos, 280,7 milhões de telefones móvel, 24 milhões de banda larga fixa, 19,6 milhões de TV por assinatura e 2,7 milhões de acesos de Serviço Móvel Especializado (rádio). A banda larga móvel, que é contabilizada entre os acessos de telefonia móvel, fechou o ano com 168 milhões de acessos.

Receitas

Em 2014, o setor de telecomunicações produziu R$ 234 bilhões em receita operacional bruta, equivalente a 4,2% do PIB. Submetidos a uma das maiores cargas tributárias do mundo, os usuários dos serviços de telecomunicações pagaram em 2014 R$ 60 bilhões em impostos, o que equivale a 43,2% da receita operacional líquida do setor. Só de ICMS, foram 32,6 bilhões.

Os investimentos também foram bastante significativos, chegando a R$ 29 bilhões. Se considerarmos o pagamento de licenças, esse valor sobe para R$ 34,6 bilhões. Desde a privatização, as prestadoras realizaram o maior plano de investimentos da história na economia brasileira, com R$ 305 bilhões aplicados na expansão, modernização e melhoria da qualidade dos serviços de telecomunicações. Em valores atualizados, os investimentos nesse período ultrapassam meio trilhão de reais.

O desempenho do setor também se traduz em postos de trabalho. No fim 2014, a força de trabalho do setor era de 525,5 mil pessoas.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

15/04/2015 - Teletime

Netflix registra 4,9 milhões de novos usuários no primeiro trimestre de 2015

O Netflix registrou crescimento de 4,9 milhões na sua base de assinantes no primeiro trimestre de 2015. Com isso, o serviço de streaming chegou à marca de 62,3 milhões de usuários, dos quais 59,6 milhões são pagantes. O resultado superou as expectativas do mercado e da própria empresa, que havia previsto a adição de 4,1 milhões de assinantes. A operação internacional do serviço de streaming registrou 2,6 milhões de novos usuários, enquanto a operação doméstica (EUA) foi responsável por 2,3 milhões de novos assinantes.

Em comparação com o mesmo período de 2014, a receita da empresa, incluindo o serviço de locação de DVDs doméstico, cresceu de US$ 1,27 bilhão para US$ 1,57 bilhão. O lucro líquido, no entanto, caiu de US$ 53,1 milhões para US$ 23,7 milhões. Em carta aos investidores, a empresa responsabilizou o impacto da valorização global do dólar perante outras moedas pela queda no lucro. O serviço Netflix estimou em US$ 48 milhões a perda com o aumento do valor da moeda.

Também em comparação com o mesmo período do ano anterior, a receita da operação doméstica do serviço de streaming cresceu cerca de 25%, de US$ 762 milhões para US$ 957 milhões. A operação internacional, por sua vez, apresentou crescimento de 55%, avançando de US$ 267 milhões para US$ 415 milhões.

A operação doméstica apresentou lucro líquido de US$ 312 milhões, 55% a mais que os US$ 201 milhões no mesmo período do ano anterior. Já a operação internacional apresentou prejuízo de US$ 65 milhões, valor consideravelmente menor que o prejuízo de US$ 274 milhões do primeiro trimestre de 2014.

15/04/2015 - Teletime

Sem acordo, Câmara transfere votação dos destaques do PL da terceirização para semana que vem

Depois de muitos debates e reuniões fechadas, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, retomou a sessão do Plenário nesta quarta-feira, 15, e anunciou um acordo de procedimentos para transferir a votação dos destaques ao projeto de lei da terceirização (PL 4.330/04) para a próxima quarta-feira, 22.

Cunha disse que o acordo prevê o compromisso de vários partidos (PT, bloco PMDB, PSDB, bloco PRB, PR, SD, DEM, PDT, PPS e PV) de votarem contra qualquer requerimento de retirada de pauta e sem obstrução de qualquer outra matéria que possa trancar a pauta nesse intervalo. Cunha disse que as votações dos destaques hoje seriam apertadas e que adiou a proposta para que se possa produzir um acordo com os líderes partidários. "Vamos produzir um acordo para que a votação não seja emperrada", afirmou.

Para o presidente da Câmara, ainda há muitas dúvidas sobre os destaques, e a apresentação hoje de sete emendas aglutinativas gerou insegurança para que os parlamentares votassem rapidamente.

O líder do governo, deputado José Guimarães (PT-CE), disse que 2/3 dos líderes pediram o adiamento da votação. Ele informou que, até quarta-feira, vai reunir representantes do governo, empresários e movimento sindical, com a participação do relator do projeto e de outros deputados, para tentar um acordo que envolva esses setores.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

15/04/2015 - Teletime

Hoje Telecom precisa pagar valores devidos para expandir interconexão, decide Anatel

A Anatel autorizou a Claro e a Vivo a condicionar a expansão das rotas de interconexão com a Hoje Telecom (Hoje Sistemas de Informática) à quitação de valores devidos e não pagos pelo uso de redes do serviço móvel das duas prestadoras. Com essa decisão, a agência negou recurso administrativo da Hoje, que exigia a ampliação da interconexão.

Segundo o relator da matéria, conselheiro Igor de Freitas, o direito à interconexão não constitui direito absoluto, vez que pressupõe a devida remuneração. "Consequentemente, diante da existência de quantias devidas e não pagas referentes à remuneração de redes do SMP é lícito à Anatel, em sede de resolução de conflitos, estabelecer limites ou condicionamentos ao exercício desse direito", defende.

Porém, Freitas salienta que a eficácia da decisão está condicionada à inexistência de óbice judicial em sentido contrário. Isto porque a Hoje tem mantido a interconexão com as prestadoras móveis, mesmo sem pagar, por força de decisões judiciais.

Apesar dessas decisões, a Anatel entende que pode dar continuidade aos trâmites do processo de reclamação administrativa. O parecer foi aprovado por unanimidade.

16/04/2015 - Portal Vermelho

Governo propõe salário mínimo de R$ 854 para 2016

O salário mínimo no próximo ano deve chegar a R$ 854, valor que consta do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2016, enviado nesta quarta-feira (15) pelo governo ao Congresso Nacional. Pela proposta, o salário mínimo terá aumento de 8,37% a partir de 1º de janeiro. Durante a entrevista, o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, explicou que o reajuste foi calculado com base na fórmula adotada nos últimos anos.

Desde 2011, o salário mínimo é reajustado pela inflação do ano anterior, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) mais a variação do Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas no país) de dois anos antes. A fórmula, no entanto, só vale até este ano.

Em março, o governo editou uma medida provisória mantendo a fórmula para os reajustes do mínimo de 2016 a 2019, mas o texto precisa ser aprovado pelo Congresso Nacional. Sem uma nova lei sobre o tema, o salário mínimo passa a ser definido exclusivamente pela LDO e pelo Orçamento Geral da União, mas os valores precisam ser negociados com os parlamentares ano a ano.

No início do ano, o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, chegou a dizer que a política de reajustes para o salário mínimo precisava ser alterada a partir de 2016 para refletir as condições atuais da economia. No dia seguinte, no entanto, o ministério emitiu nota oficial e negou que o governo pretendia mudar a regra.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

16/04/2015 - Portal Vermelho

Índice de preços volta a apontar queda no ritmo de aumento da inflação

O Índice de Preços ao Consumidor Semanal (IPC-S) atingiu 0,93%, na segunda prévia de abril (encerrada em 15 de abril), taxa 0,29% menor do que a registrada na apuração anterior (fechada em 7 de abril), quando os preços subiram em média 1,22%.

O IPC-S, que constitui levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getulio Vargas (FGV), permite verificar com agilidade mudanças de curso na trajetória dos preços: leva em conta a média dos preços coletados nas quatro últimas semanas, período iniciado em 16 de março e e encerrado em 15 de abril.

Cinco dos oito grupos pesquisados tiveram redução no ritmo de aumento: o que mais contribuiu para diminuir o impacto inflacionário foi habitação, com alta de 2,08%. Na apuração anterior, esta classe de despesas apresentou elevação de 3,31%. Do grupo habitação, o item que mais contribuiu para a redução do ritmo de crescimento da taxa foi a tarifa de eletricidade residencial, que passou de 17,44% para 10,02%.

No grupo alimentação, o índice variou 0,97%, abaixo do registrado na primeira prévia do mês (1,05%). Em transportes, houve alta de 0,19%, menor do que no último levantamento (0,31%). E, em despesas diversas, a taxa ficou em 0,57%, também abaixo da medição passada (0,70%).

Houve queda acentuada em comunicação que passou de -0,01% para -0,07%. Foi registrado ainda um recuo de 0,26%,em vestuário, mas essa baixa foi menos intensa do que a verificada na última pesquisa, quando os artigos deste segmento ficaram 0,51% mais baratos.

Nos grupos restantes, ocorreram avanços: educação, leitura e recreação (de -0,24% para 0,27%) e saúde e cuidados pessoais (de 0,72% para 0,91%).

Os cinco itens que mais pressionaram o IPC-S foram: tarifa de eletricidade residencial (10,02%); condomínio residencial (2,23%); refeições em bares e restaurantes (0,81%); leite tipo longa vida (5,51%) e aluguel residencial (0,72%). Entre os que mais colaboraram para frear a alta média dos preços estão os seguintes: batata-inglesa (-10,61%); automóvel usado (-0,88%); tarifa de telefone residencial (-0,71%); massas preparadas e congeladas (-2,35%) e cenoura (-8,45%).

O IPC-S baseia-se em um sistema de coleta quadrissemanal, com encerramento em quatro datas pré-estabelecidas (07, 15, 22 e 31). Apesar de a coleta ser semanal, a apuração das taxas de variação leva em conta a média dos preços coletados nas quatro últimas semanas até a data de fechamento, nas seguintes capitais: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Porto Alegre e Brasília.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

15/04/2015 - CUT

MC Donald's atrás das grades: trabalhadores exigem justiça

Ato na Paulista denuncia salário abaixo do mínimo, hora extra não remunerada e fraudes

Trabalhadores protestam na Paulista no Dia de Ação Mundial contra o MC Donald's - Foto: Leonardo SeveroTrabalhadores protestam na Paulista no Dia de Ação Mundial contra o MC Donald's - Foto: Leonardo SeveroOs trabalhadores do MC Donald's realizaram nesta quarta-feira (15) o Dia de Ação Global "Sem direitos não é legal", denunciando atropelos e abusos promovidos pela rede de fast-food norte-americana em mais de 40 países. Em São Paulo, mais de duas mil pessoas ocuparam o vão do livre do Masp e, com um caixão de Ronald MC Donald's, máscaras e figurantes identificados com o personagem, saíram em passeata até a frente de duas franquias da empresa.

"No Brasil, os trabalhadores do MC Donald's recebem menos de um salário mínimo, tem jornada móvel variada, acúmulo de função sem a devida remuneração, a empresa não reconhece a insalubridade de várias funções, não remunera horas extras, retira intervalo de descanso e refeição, frauda holerites e ainda utiliza mão de obra de adolescentes em repugnantes atividades insalubres", denunciou o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comércio e Serviços (Contracs/CUT), Alci Matos Araújo. O descumprimento dos acordos coletivos e agressões às condições de saúde e segurança da categoria, reiterou Alci, têm sido práticas rotineiras que, embora denunciadas pelas entidades sindicais, muitas vezes não vêm tendo a devida atenção da Justiça. "A realidade é que há um grande número de trabalhadores jovens, de 16, 17 anos, que pela própria pressão do primeiro emprego acaba sofrendo com o enorme assédio e pressão. São colocados num sistema de rodízio em que se multiplicam os cortes e queimaduras na chapa quente e nas fritadeiras".

ARROCHO SALARIAL - O presidente da Contracs lembra que apenas quatro hambúrgueres vendidos pagam um trabalhador, tamanho o arrocho salarial a que os trabalhadores são submetidos. "Para piorar, como os companheiros não tem vale-refeição ou subsídio, muitas vezes sua alimentação é feita com base em refrigerantes e lanches da própria empresa", enfatizou.

De acordo com o presidente da Federação Regional dos Trabalhadores em Hotéis, Restaurantes e Fast-Foods do Estado de São Paulo (Ferthoresp), Cícero Lourenço Pereira, "a jornada móvel variável é um dos maiores abusos aplicados pela rede estadunidense, pois o trabalhador fica parado numa sala ao lado, esperando para ser chamado e ficando sem ganhar". "Já ganhamos uma ação civil no Ministério Público de Pernambuco, mas mesmo assim a empresa continua descumprindo a legislação brasileira. Em São Paulo, o MC Donald's chegou a fundar um sindicato para burlar a convenção coletiva e rebaixar salário", denunciou. Segundo Cicinho, a ação movida pelo Sindicato dos Hoteleiros de São Paulo - que é quem representa a categoria e foi uma das entidades que comandou a mobilização desta quarta-feira - já supera os R$ 200 milhões. "Para não ter de pagar o que é devido aos trabalhadores que, a empresa formou outra entidade", condenou.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Hotéis, Bares, Lanchonetes e Restaurantes de São Paulo e Região, Francisco Calasans, reiterou que a jornada de trabalho da categoria é de 44 horas semanais, mas, nos momentos em que a demanda é menor, os funcionários são encaminhados para uma "sala de espera", e o tempo que passam ali não é contado como horário de trabalho. "A CLT prevê, no artigo 4º, que o trabalhador é remunerado enquanto aguarda ordem para entrar em serviço", enfatizou, alertando para a ilegalidade.

Leia mais em:
http://www.cut.org.br/noticias/mc-donald-s-atras-das-grades-trabalhadores-exigem-justica-8a4e/

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

15/04/2015 - CUT

Justiça barra novas demissões no Estadão

Em caso de descumprimento, a empresa pagará R$ 15 mil de multa a cada demitido

A luta dos jornalistas e gráficos do Grupo Estado, juntos com seus sindicatos, contra as demissões realizadas pela empresa na semana passada conseguiu um primeiro resultado na Justiça: o vice-presidente judicial do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), desembargador Wilson Fernandes, decidiu que a empresa não pode mais realizar demissões até o julgamento das ações impetradas pelas duas entidades sindicais. Em caso de descumprimento, a empresa pagará R$ 15 mil de multa a cada demitido.

A decisão foi tomada após uma audiência no tribunal, ocorrida pela determinação dos sindicatos de não aceitarem as demissões em massa realizadas pela empresa e forçarem uma negociação. A posição do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP), adotada em assembleia, era a de pleitear a suspensão das demissões, com a reintegração dos profissionais, para a abertura de negociação entre as partes. Como não houve acordo, o desembargador encaminhou o julgamento do dissídio, que deve ocorrer nas próximas semanas, impedindo até lá qualquer nova demissão na empresa.

Os sindicatos decidiram levar o Grupo Estado ao TRT pois a empresa promove demissões em massa pela terceira vez em três anos. Nas duas vezes precedentes, negou-se a discutir com o SJSP e acabou sendo obrigada a negociar na Justiça. No caso do JT, que tinha quase 50 jornalistas no período final, fechou-se um acordo após dois meses de negociações com a manutenção de 30 jornalistas na empresa e a demissão de 17, com três salários adicionais de indenização (além de todos os direitos trabalhistas). Desta vez, representantes da empresa fingiram negociar com o Sindicato em 6 de abril, no final da tarde, quando, na verdade, as demissões já estavam em curso. Em assembleia realizada na frente da empresa, em 8 de abril, ficou clara a farsa, com o agravante de que os jornalistas já estão trabalhando em jornadas abusivas, com pesadas escalas de fim de semana, e as demissões indicam que tudo tende a piorar.

Na abertura da audiência, a empresa contestou o número de 40 demitidos entre os jornalistas, afirmando que seriam apenas 36. O presidente do SJSP, Guto Camargo, rebateu a afirmação, explicando que o número havia sido fornecido pela própria empresa. Os representantes do Grupo Estado, então, declararam em juízo que seriam 36 demissões em São Paulo, além de duas em Brasília e outras duas no Rio de Janeiro (as quatro fora da alçada da negociação). Em suas contas, a empresa omite os PJs desligados. Resta saber se há mais coisa escondida.

Em seguida, os representantes do Grupo Estado propuseram que os demitidos recebessem - além dos direitos garantidos pela legislação trabalhista - apenas uma extensão de três meses do plano de saúde. O desembargador propôs então uma extensão de seis meses do plano de saúde e um período de 90 dias sem demissões na empresa.

Com o andamento da negociação, surgiu a informação de que o Grupo Estado havia firmado um acordo com o Sindicato dos Trabalhadores na Administração de Empresas Jornalísticas (cuja base pode ter tido mais de 60 demissões na empresa na semana passada) prevendo uma indenização mínima: 25% de um salário para funcionários com mais de 5 anos de emprego, e 50% para funcionários com mais de 10 anos. Neste momento, o desembargador formulou nova proposta de acordo: além de seis meses de plano de saúde e três meses sem demissões, a concessão de 50% de um salário para funcionários com até cinco anos de emprego e um salário para os com mais tempo de casa.

Leia mais em:
http://www.cut.org.br/noticias/justica-barra-novas-demissoes-no-estadao-5f31/